

# Metodologias de vida, pesquisa e luta: a experiência panhã<sup>1</sup>

## Methodologies of life, research and struggle: the Panhã experience

**Sheila Baxy P. Castro Apinaje<sup>a</sup>**

E-mail: maxyapinaje@gmail.com

**Júlio Kamêr Ribeiro Apinaje<sup>a,e</sup>**

E-mail: juliokamerapinaje@seduc.to.gov.br

**Amanda Horta<sup>b</sup>**

 <https://orcid.org/0000-0002-0602-5669>

E-mail: amandahorta@gmail.com

**Welitânia de Oliveira Rocha<sup>c</sup>**

 <https://orcid.org/0000-0002-0185-517X>

E-mail: oliveirawelitania@gmail.com

**Odilon Rodrigues de Moraes Neto<sup>d</sup>**

 <https://orcid.org/0000-0001-8998-5798>

E-mail: odilonmoraes@mail.uft.edu.br

<sup>a</sup>Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Ciências Sociais. Goiânia, GO, Brasil.

<sup>b</sup>Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. Departamento de Educação e Humanidades. Porto Alegre, RS, Brasil.

<sup>c</sup>Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Sociais. Departamento de Antropologia. Brasília, DF, Brasil.

<sup>d</sup>Universidade Federal do Tocantins. Miracema, TO, Brasil.

<sup>e</sup>Secretaria de Educação e Cultura de Tocantins. Diretoria Regional de Educação de Tocantinópolis. Tocantinópolis, TO, Brasil.

## Resumo

Este ensaio apresenta as reflexões de Sheila Baxy P. Castro Apinaje e Júlio Kamêr Ribeiro Apinaje sobre sua atuação como pesquisadores da Plataforma de Antropologia e Respostas Indígenas à covid-19 (PARI-c), na Terra Indígena Apinaje, no contexto da crise sanitária mundial provocada pelo novo coronavírus. Através da descrição dos procedimentos de pesquisa adotados, os autores se apropriam do conceito de metodologia de forma particular e criativa, refletindo não apenas sobre as estratégias de produção de conhecimento acadêmico, mas também sobre como, para eles, cada uma destas estratégias deve estar alinhada às lutas panhã pela proteção de sua autonomia sobre seus modos de vida e seu território. **Palavras-chave:** Metodologia de pesquisa; Pandemia de covid-19; Panhã-Apinaje.

## Correspondência

Sheila Baxy P. Castro Apinaje

Aldeia Botica – Terra Indígena Apinaje. Tocantinópolis, TO, Brasil.

CEP: 77900-000.

<sup>1</sup> Financiada pelo Conselho Médico de Pesquisa (MRC) da agência de Pesquisa e Inovação do Reino Unido (UKRI), a pesquisa é resultado de um acordo de cooperação internacional entre a Universidade de Londres (City University), no Reino Unido; a Universidade de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSA); a Universidade do Sul da Bahia (UFSB); e a Universidade de São Paulo (USP), no Brasil.

## Abstract

This essay presents the reflections of Sheila Baxy P. Castro Apinaje and Júlio Kamêr Ribeiro Apinaje on their work as researchers of the Platform for Anthropology and Indigenous Responses to covid-19 (PARI-c), in the Apinaje Indigenous Land, in the context of the global health crisis caused by the new coronavirus. Through the description of the research procedures adopted, the authors appropriate the concept of methodology in a particular and creative way, reflecting not only on the strategies to produce academic knowledge, but also on the urge to align these strategies to Panhĩ struggles for the protection of their autonomy over their ways of life and their territory.

**Keywords:** Research Methodology; Covid-19 pandemic; Panhĩ-Apinaje.

Este artigo apresenta reflexões de Sheila Baxy P. Castro Apinaje e Júlio Kamêr Ribeiro Apinaje, pesquisadores da Plataforma de Antropologia e Respostas Indígenas à COVID-19 (PARI-c), sobre as metodologias de pesquisa desenvolvidas por eles no âmbito do projeto *Respostas Indígenas à COVID-19 no Brasil: arranjos sociais e saúde global*. Ambos integraram o núcleo panhĩ-apinaje a equipe Brasil Central e Amazônia Meridional. Em todas as suas equipes e núcleos, o projeto foi conduzido por pesquisadoras e pesquisadores indígenas e não indígenas, situados em diferentes regiões do Brasil, com o objetivo de produzir conhecimento sobre as várias estratégias de enfrentamento, resistência e cuidado acionadas pelos povos indígenas em seus territórios, terreiros, quintais, aldeias, comunidades e cidades durante a pandemia. A composição das equipes, em todo território nacional, buscou também a equidade entre pesquisadoras e pesquisadores, assim como entre indígenas e não indígenas.

O núcleo panhĩ-apinaje replicava, em escala menor, os princípios da pesquisa PARI-c, contando com pesquisadores e pesquisadoras indígenas e não indígenas, em diferentes regiões da Terra Indígena (TI) Apinaje<sup>2</sup> e em diferentes cidades do Brasil. Em Terra Indígena, dois pesquisadores e duas pesquisadoras fizeram parte da equipe de pesquisa. Oscar Wahme e Diana Amnhák atuaram na região da TI conhecida como São José, que corresponde à porção do território panhĩ ligada à aldeia-mãe homônima. Sheila Baxy P. Castro Apinaje e Júlio Kamêr Ribeiro Apinaje atuavam na região da aldeia-mãe Mariazinha, outra porção da TI.<sup>3</sup> Além dos critérios de equidade já mencionados, a composição do núcleo de pesquisa panhĩ-apinaje buscou atentar-se a categorias panhĩ de organização do território, distribuição das aldeias e, conseqüentemente, das barreiras sanitárias autônomas estabelecidas durante a pandemia de covid-19 - objeto de pesquisa que deu origem ao estudo de caso “Luta, vida e pandemia na TI Apinaje” (Ribeiro Apinaje et al., 2022). Além do estudo de caso, foram publicadas cinco

2 Embora o nome de registro da TI seja Apinaje, os Panhĩ não usam e não escrevem seu nome com ípsilon. A fim de não incorrerem em colonialismo linguístico, seguimos a grafia preferida pelos Panhĩ, Apinaje, sem acento agudo na última sílaba

3 Compuseram também a equipe do estudo de caso Apinajé, os docentes e pesquisadores Amanda Horta, Odilon Rodrigues de Moraes Neto, Welitânia de Oliveira Rocha, Nayane Januário Costa e André Demarchi.

notas de pesquisa produzidas por pesquisadoras e pesquisadores panhĩ (Amnhák Apinaje et al., 2021; Brusco et al., 2021; Dias Apinaje et al., 2021; Regitano et al., 2021a; 2021b; Wahme Apinaje et al., 2021), todas em coautoria com pesquisadores deste e de outros núcleos da equipe Brasil Central e Amazônia Meridional.

Assim como as notas de pesquisa e o estudo de caso referidos acima, este texto foi elaborado por muitas mãos. Seus objetivos, porém, são distintos: se nas produções anteriores queríamos contar sobre as experiências panhĩ no contexto da pandemia, o foco aqui são as reflexões do núcleo sobre nossas experiências de pesquisa. No estudo de caso de que participamos ativamente, trabalhamos para acomodar as muitas vozes do texto em uma única narrativa, assinada por todos; já neste texto, optamos por manter as vozes separadas, destacando as diferenças e as aproximações entre as experiências de pesquisa de dois pesquisadores indígenas: Sheila Baxy P. Castro Apinaje e Júlio Kamêr Ribeiro Apinaje. Os textos de Sheila e Júlio, elaborados por meio de conversações com os coautores não indígenas deste artigo, destacam como a maneira de formular a condução da pesquisa, o desenvolvimento das entrevistas, e as perspectivas teóricas em questão têm aproximações e afastamentos entre si e com o modo de produção de conhecimento utilizados por pesquisadoras(es) não-indígenas de diferentes áreas de conhecimento. Com efeito, o texto que aqui se apresenta não aposta na composição convergente entre as vozes dos diferentes pesquisadores e pesquisados (como fizemos no estudo de caso que produzimos junto a outros autores), mas na distinção entre as vozes de Sheila e Júlio, os dois principais autores desta reflexão.

Sheila Baxy P. Castro Apinaje e Júlio Kamêr Ribeiro Apinaje são ambos acadêmicos, egressos do curso de Educação Intercultural da Universidade Federal de Goiás (UFG). Júlio é mestre em Antropologia Social pela UFG; e Sheila, mestranda em Antropologia Social pela mesma instituição. Cada um à sua maneira, os dois autores falam sobre as metodologias que desenvolveram no âmbito da pesquisa PARI-c, conectando-as com suas experiências anteriores de produção de textos acadêmicos. Nesse processo, como veremos, os autores se apropriam do conceito de

metodologia de forma particular e criativa, pensando não apenas sobre seus caminhos, modos, abordagens e estratégias de produção de conhecimento acadêmico, mas também sobre como, para eles, essas escolhas sempre visaram fazer a pesquisa contribuir com o projeto de vida panhĩ, sua resistência enquanto povo e sua perspectiva de futuro.

## Sheila Baxy P. Castro Apinaje

Meu nome é Sheila Baxy P. Castro Apinaje, liderança e pesquisadora panhĩ. Há quatorze anos atuo como professora na educação básica da Escola Indígena Pepkro da Aldeia Botica, situada na Terra Indígena Apinaje. Sou graduada em Educação Intercultural e mestranda em Antropologia Social, ambos pela Universidade Federal do Goiás, e atualmente estou no grupo de trabalho indígena sobre o atendimento e qualidade de saúde panhĩ, para buscar melhorias diante do atual cenário de precariedade da saúde indígena no Brasil. Tenho curso de técnico em Enfermagem e com essa formação atuei por um ano no enfrentamento à covid-19. Além disso, integrei a equipe de pesquisa da PARI-c em território apinaje

Para fazer uma pesquisa é preciso um objeto, ou, pelo menos, um objetivo. Essas são palavras que têm uma longa tradição nas ciências duras e a que as ciências humanas ainda estão amarradas. Eu não gosto muito desse termo, mas vou usá-lo para começar essa reflexão. Na TI Apinaje a pesquisa PARI-c chegou no final de 2020, com a proposta de que nós, pesquisadores panhĩ, investigássemos as respostas indígenas à pandemia, em parceria remota com antigos parceiros kupen (que é como chamamos os não indígenas em língua panhĩ). Eu, Sheila, fui convidada juntamente com Júlio, que assina comigo este texto, Diana e Oscar. Distantes de nós, conversando pelo telefone ou pelo computador, estavam os pesquisadores não indígenas Amanda Horta, Odilon Rodrigues de Moraes, Welitânia de Oliveira Rocha, Nayane Januário Costa e André Demarchi. O que nós pesquisamos não foi um objeto: foram vidas, o comportamento de uma humanidade. Assim, o que encontramos pesquisando sobre as respostas à covid-19 é muito maior que o vírus e que o combate a ele. Encontramos uma coisa

chamada “resistência”, que nos interessou de forma a buscarmos aprofundar o assunto.

A resistência é um comportamento que há muito tempo eu vinha buscando. Hoje, no Brasil, os povos são generalizados. Darcy Ribeiro escreveu, em um livro antigo, que o avanço da colonização transformaria os diferentes indígenas brasileiros em índios genéricos e depois em caboclos (Ribeiro, 1986). Isso não aconteceu com o nosso povo, nem com muitos outros povos, que resistimos e continuamos resistindo. Mas os não indígenas no Brasil firmaram essa ideia do índio genérico e continuam fechando os olhos para as nossas diferenças, as nossas particularidades. A pesquisa PARI-c contribui no sentido de outras pessoas observarem como é o Apinaje. Ter os próprios indígenas fazendo essa pesquisa é uma forma de falar que nós todos não somos iguais, que cada etnia tem sua particularidade, nas respostas à covid-19. Cada etnia tem seu modo de viver, de pensar seu passado e seu presente. Ao mesmo tempo, a luta é uma só, pois a demanda por políticas públicas, reconhecimento, respeito e dignidade é igual para todos.

Antigamente, quando eu e meus irmãos éramos pequenos, minha bisavó (dona Doca) costumava dizer que se alguém nos perguntasse se éramos indígenas ou se morávamos na aldeia, devíamos sempre negar. Ela tinha medo de sofrer ataques, de morrer. Negar era uma forma de nos proteger. Hoje, eu já penso diferente. Temos que mostrar para a sociedade a pesquisa feita pelos próprios Panhã. Mostrar nossa resistência nas barreiras que construímos nas estradas em momentos críticos, no aconselhamento dos mais velhos, nos remédios do mato: resistir à covid-19 é resistir ao genocídio. A PARI-c foi uma oportunidade de mostrar, de registrar como pesquisa nosso jeito panhã de resistir. Fazer a pesquisa foi também um jeito de contribuir para a resistência do meu povo, por isso, neste texto, quero contar um pouco sobre como foi enfrentar a covid-19 e pesquisar sobre isso ao mesmo tempo.

Antes de participar da pesquisa PARI-c eu já tinha produzido outros trabalhos acadêmicos e publicado artigos, o último sobre a luta dos Panhã contra o avanço da covid-19 (Castro Apinaje, 2019; 2020). Esses trabalhos têm diferenças em relação à pesquisa PARI-c, mas todos eles são importantes

na minha formação como pesquisadora, no jeito como eu penso e ponho em prática uma pesquisa com meu povo.

Minha primeira pesquisa foi no estágio da licenciatura intercultural e, embora a autoria seja minha, eu não fiz a pesquisa sozinha. Eu não faço nada sozinha, apenas em cima do que eu sei. A minha (finada) bisavó era rainha da cantoria, mas isso não significa que eu não precise pesquisar mais. Não é dessa forma, a gente não tem esse individualismo. Então a gente acaba perguntando para muitas pessoas. O Panhã não faz nada isolado, é sempre coletivo. Para escrever tem que ter opinião, tem que ouvir. Na graduação eu comecei a pesquisar meus estágios de docência, com foco nas formas de tratamento e respeito da nossa cultura. Esse tema trouxe muito debate aqui dentro do Apinaje, porque alguns termos não são mais usados. E, durante a pesquisa, eu falava muito sobre a importância de se usar os termos dentro da comunidade, não só dentro da sala de aula. Eu pesquisava primeiro para então poder levar para a sala de aula, falava com os mais velhos, eles me explicavam. Mesmo que minha avó já tivesse me passado os conhecimentos, eu tinha que pesquisar novamente. A pesquisa PARI-c também foi assim: mesmo que eu já conhecesse os ensinamentos da minha avó e do meu pai, que é cacique, eu tinha que perguntar de novo, ouvir a experiência da outra pessoa, do jeito dela, do jeito que ela viveu.

Nessa parte foi igual. Mas por outro lado, a pesquisa PARI-c foi diferente das minhas outras experiências, pois éramos quatro pesquisadores panhã, à distância, pelo celular e computador, os não indígenas e os pesquisadores indígenas de outras regiões. Nós, os Panhã, formulamos juntos o que seria a pesquisa. O nosso “objeto” era pesquisar a pandemia, as respostas panhã à pandemia. Mas desde o começo, eu perguntava: “Como vamos falar só da pandemia?” Aí nós começamos a circular o assunto, prestando atenção em tudo que estava em volta, como uma preparação para podermos falar sobre a pandemia. Porque para o nosso povo, para se defender da pandemia, não basta o remédio tradicional. Os não indígenas pensam que é assim: quando uma pessoa se sente doente, ela vai ao médico e pronto. O médico passa a receita, os exames e o medicamento, e a pessoa

segue essas instruções, observando se melhora ou não. Eu comecei a pensar que para o povo panhĩ não era só o medicamento que nos defendia, mas a pintura, as raízes, o nascer do sol, a nuvem e o que ela vai significar, o corte do cabelo. Tudo isso vai falando algo e nos ajudando a nos proteger.

Então foi dessa forma que nós fizemos. A pesquisa era à distância, mas nós, os pesquisadores panhĩ, nos encontramos, pois estamos no mesmo território. Desde o princípio discutíamos nossas ideias de pesquisa não só entre nós, mas também com outras pessoas panhĩ, pensando desse jeito mais amplo sobre a pandemia. Ouvíamos os parentes, o pensamento dos professores da escola, alinhando o que era conversado. A partir dessas conversas, Júlio fez um relatório e um roteiro de perguntas e entrevistas. Cada pesquisador panhĩ estava mais voltado para uma certa questão, um interesse, mais mobilizado com uma parte da pesquisa e se concentrava mais na região da TI em que vivia. Diana focava mais nas pinturas e seus significados, atuando principalmente entre os guardiões e guardiãs da barreira sanitária da Aldeia Pyka Mex (Prata), de sua residência; Wahme trazia mais questões sobre o movimento e participação nas lutas panhĩ na região da aldeia-mãe São José; Júlio tinha uma pesquisa anterior sobre o Pēpkaàk (nome de um antigo ritual de formação de jovens) e queria se aprofundar nesse assunto; eu, como sou liderança, professora e enfermeira, tinha um olhar mais generalizado. Além disso, eu e Júlio concentramos nossa pesquisa na região da aldeia-mãe Mariazinha, que contava com duas barreiras sanitárias autônomas instaladas durante a pandemia.

O pensamento de cada pesquisador panhĩ não contradiz o que o outro pesquisou. Tudo foi conectado ali. Nós fazíamos reuniões e, nas nossas conversas, não apagávamos o relato do outro para preferir o relato de um. Cada um trazia uma contribuição, um assunto para debate e a partir dali começamos a escrever. Diana disse que tinha dificuldades com a escrita, então eu tive a ideia de pedir para ela gravar áudios e nós, eu, o professor Odilon e a Welitânia, os transcrevíamos. Tivemos essa união. Cada pesquisador trouxe um conjunto de vivências de história real e nós costuramos essas

vivências nas nossas conversas. Depois, junto com os pesquisadores não indígenas, colocamos isso tudo nos textos que escrevemos.

Nada do que escrevi foi por conta própria. Não era assim: “eu já vi isso aqui e vou escrever”. Não! Tivemos essa união de pesquisa, formulando essas perguntas em conjunto e entrevistando os parentes mesmo quando já sabíamos algumas informações. Cada pessoa panhĩ conta a experiência do momento que viveu, principalmente quando o assunto são doenças do passado. Cada um conta uma experiência sobre o acontecido, então mesmo que eu conheça essas histórias, que eu saiba o que aconteceu com o meu povo, eu tenho que procurar, que perguntar. Júlio entrevistou a Raimunda da Aldeia São Raimundo. Ela contou a experiência do sarampo, de várias doenças que ela presenciou. Mesmo que eu soubesse que isso aconteceu com meu povo, que matou muita gente, a entrevista do Júlio conta a experiência da Raimunda, como ela lidou com a doença na época, qual tipo de medicamento ela usou, que tipo de comida ela comeu e deixou de comer, como ela foi orientada na época pelos parentes que já se foram. Isso eu não conhecia. Por isso é necessário fazer essas perguntas, principalmente aos mais velhos, que são bem poucos, para esse conhecimento não se perder.

Tínhamos também reuniões semanais com todos os participantes. Nossa equipe na PARI-c era chamada “Brasil Central e Amazônia Meridional”. Participavam das reuniões pesquisadores do povo Xavante (assim como os Panhĩ, um povo falante de língua jê), Karitiana, Puruborá e Kamaiurá do Território Indígena do Xingu. A pesquisadora do Xingu era Kaianuaku Kamaiurá e eu já a conhecia da Universidade Federal de Goiás, quando fomos colegas. Foi muito bom acompanhar o jeito como ela e seus parentes estavam vivendo, reagindo e pensando na pandemia. Nessas reuniões de equipe, começávamos sempre trazendo notícias das regiões em que cada um de nós vivemos e daquilo que víamos e conversávamos com nossos parentes. Eu aprendia o que estava se passando em outros lugares, em outras terras indígenas ou cidades em que moravam os outros pesquisadores.

Nós, os pesquisadores Panhĩ, ouvíamos as informações de outras etnias e os assuntos que estavam sendo pesquisados e depois debatíamos entre nós. Organizamos apresentações na Aldeia Prata para informar a comunidade sobre a pesquisa e contar sobre o que sabíamos dos outros povos. A colega e pesquisadora Arthemiza Puruborá, que vive na cidade de Guajará-Mirim, em Rondônia, passava informações sobre os medicamentos tradicionais que ela usava, as ervas; Elivar Karitiana, que vive em Porto Velho, contava sobre banhos, mostrava a preparação; tudo isso era repassado para a comunidade, de forma a apresentar os conhecimentos das outras etnias.

Quando fazíamos as entrevistas, também contávamos para o entrevistado o que outras etnias estavam passando. Quando entrevistei a cacica e liderança Nhiro, por exemplo, perguntei para ela algumas coisas, mas também contei o que estava acontecendo com as populações indígenas em outros lugares no Brasil. Por exemplo: a morte. Elivar Karitiana nos contou que um parente seu faleceu na cidade e que o Estado não permitiu que ele fosse levado para a aldeia, para ser enterrado junto de seus parentes, na sua terra. Houve uma preocupação em contar para a comunidade como estava sendo difícil a pandemia para outras etnias, como eles não estavam conseguindo enterrar seus mortos. E juntos, nós, os Panhĩ, nos perguntávamos: como será aqui? Será que estamos preparados para isso, para ver os parentes morrerem e não podermos enterrar? Como seria para o Apinaje se deparar com essa situação?

A partir do momento que começamos a fazer a pesquisa, começamos a nos atentar para os minúsculos detalhes. Uma pesquisa é uma “experiência de pesquisa”: uma vivência e um experimento. Você precisa experienciar o acontecido, como se estivesse dentro da ação – é isso que os antropólogos chamam de “observação participante” (Malinowski, 2018). Caso contrário, você não vai conseguir observar a profundidade por trás daquele contexto todo. Mas uma pesquisa não é só a vivência, o registro das ações e do contexto. Para nós, Panhĩ, uma pesquisa também é um experimento, pois fazer pesquisa foi também um jeito de atuar diretamente no enfrentamento da pandemia, conversando com as pessoas, com as lideranças, com as famílias,

com a intenção de transformar o nosso futuro. A pesquisa é um experimento, uma tentativa de criar uma coisa nova.

Eu atuava como professora na Aldeia Botica, mas quando a doença chegou no Brasil, a prefeitura proibiu as aulas por decreto e a escola parou de funcionar durante dez meses em 2020. Nesse tempo eu já atuava como liderança e pesquisadora da PARI-c, e coloquei meu nome à disposição para ajudar na orientação das aldeias como técnica de enfermagem panhĩ. Durante esse período eu ouvi muitos relatos referentes à covid-19.

Em 2021, começamos a pesquisa PARI-c. Como pesquisadora, eu atuava nas barreiras sanitárias, visitava os parentes de casa em casa, observava, tirava fotos e tinha também uma caderneta para anotações. Nas barreiras sanitárias, os guardiões faziam conversas em roda com indígenas que buscavam informações sobre a covid-19, repassando as informações do plantão do dia. Conversavam também sobre proteção territorial, sobre os incêndios e as queimadas que geravam uma fumaça que poderia prejudicar ainda mais a saúde naquele momento de pandemia. Eu participava como pesquisadora e contava sobre os novos protocolos sanitários, pois nem todos os indígenas tinham acesso a essas informações. Desenvolvi a pesquisa de campo na aldeia em que resido e nas proximidades. Chegando na casa de anciões, antes de começar a entrevista, eu procurava chamar os parentes que estavam por ali para escutar também. Eu me sentava e não ia direto ao assunto da pesquisa. Era o auge da pandemia, estávamos todos preocupados, então espontaneamente os anciões começavam a falar das angústias e sofrimentos da atualidade dos acontecimentos, como a revolta pela falta de assistência de saúde, denunciando os órgãos responsáveis e dialogando sobre a doença.

Nessas horas, eles falavam não só comigo, mas com os netos, bisnetos e outros membros da comunidade que se aproximavam para ouvir juntos os relatos do ancião. Eu sempre peço permissão para gravar as conversas, pois são conversas longas, de muitas horas, em que os anciões contam toda a trajetória de doenças do passado. A gente pausava a gravação, tomava um café, um lanche, e depois continuava. Os anciões nos explicam tudo com

calma, cantam e às vezes se emocionam e choram. Os filhos e netos perguntavam a eles como podíamos nos cuidar e recebiam orientações durante a entrevista. Às vezes a conversa era tão longa que o ancião pedia que eu voltasse outro dia, para ele continuar a falar. Enquanto eu ouvia, eu me lembrava dos conhecimentos que ao longo da minha vida eu ouvi da minha avó, os relatos orais sobre como os Apinaje se comportavam diante dos fatos ocorridos no passado, o tempo das epidemias, o tempo da demarcação. Eu via as histórias das doenças do passado refletidas nas narrativas do presente.

Depois, em casa, eu escrevia no computador minhas observações sobre as entrevistas. Todos os dias, fazendo pesquisa, eu me deparava com situações novas. O avanço da doença, a chegada das vacinas, os impactos psicológicos de tudo isso nas crianças, jovens, mulheres, homens e idosos. Eu entrevistei cada um deles, para conhecer seus relatos. Eu tinha esse diálogo aberto tanto com as mulheres, quanto com os homens, em especial aqueles e aquelas que eram guardiões e guardiãs que atuavam nas barreiras sanitárias. Durante a pesquisa, esse diálogo se intensificou: trocamos muitos conhecimentos e partilhamos nossas preocupações.

Os anciãos sempre falam que não é só nas pesquisas que nós, Panhĩ mais jovens, deveríamos procurá-los, para fazer perguntas e escutar seus relatos. Falam que por causa da tecnologia, da televisão, seus netos estão perdendo o interesse em perguntar, em ouvir. Por isso, sempre que eu pesquiso, falo para o ancião sobre o que quero perguntar e chamo seus netos para ouvir o que eles vão responder. Mesmo que o ancião, ou outra pessoa mais jovem, esteja me falando no contexto da pesquisa, da entrevista, outras pessoas da família, da comunidade, estão ouvindo. Então eu vejo a pesquisa dessa forma, como um momento de passagem, de transmissão e troca de conhecimentos.

Hoje, para fazer pesquisa na aldeia, a maioria dos anciãos estão cobrando. Não é que eles cobrem valores, dinheiro, mas tem que levar alguma coisa: uma rede, por exemplo. Por isso é importante o pesquisador ter uma renda, para que ele possa levar uma carne, um arroz, uma panela ou um facão para seu entrevistado. Recentemente eu fui pesquisar uma festa cultural com um idoso e ele falou (ainda que em tom de brincadeira) que ele precisava de alguma

ajuda. Não era exatamente uma questão de cobrança. Eu levei uma rede para ele, para ele poder se deitar, descansar, balançar. É muito importante a questão do financeiro. Eu sempre levava um alimento, um tecido. Aqui, no Apinaje, é muito importante a gente presentear uma pessoa com um tecido. Um corte de tecido tem várias utilidades: é com ele que forramos o chão na cerimônia de nomeação do afilhado, e que cobrimos as toras usadas na corrida de toras da festa cultural que fazemos para tirar o luto daqueles que perderam parentes. Então eu comprava tecido e levava. A maior parte da minha pesquisa é realizada com mulheres. Eu também tenho que ouvir os homens, claro, mas não converso com muitos. As mulheres são encarregadas de adquirir os conhecimentos das plantas medicinais, dos cuidados com os filhos, a busca de alimentos e a instrução das filhas para que elas obtenham os conhecimentos tradicional e cultural. No Apinaje, as mulheres são tidas como sábias e os homens acompanham e seguem o que elas falam.

Além disso, na aldeia existe o momento certo para cada conversa. A pesquisa com um ancião geralmente é à noite. No silêncio da noite, não tem muito barulho dos pássaros. É no silêncio que ele vai contando a história. Eu me lembro que quando eu era bem pequena, meu bisavô Joaquim Nhĩno Gregório, ancião sábio, que tinha um papel importante de nos contar as histórias panhĩ e todas as suas vivências e outros conhecimentos adquiridos, me contava histórias por muito tempo, às vezes duravam a noite inteira. Eu dormia enquanto ele contava e chorava porque não queria mais ouvir. Outras pessoas da aldeia vinham até nossa casa à noite para perguntar histórias ao meu avô e eu ficava observando. O pouco que aprendi me faz ser o que sou. Hoje, ser pesquisadora me possibilita aprofundar os assuntos da vida apinaje. Meu avô José Tàpkryt é cacique, filho único da minha bisavó Amnhi Nhõkwa (Doca). Após o falecimento de meus bisavós, meu avô José Tàpkryt continuou repassando os conhecimentos culturais. Hoje ele é considerado uma fonte de pesquisa.

Fazer pesquisa é um jeito de conhecer melhor a cultura do meu próprio povo. De contribuir valorizando nossos conhecimentos, de ajudar sua transmissão dentro e fora da aldeia, de fazer o mundo conhecer o Apinaje, de lutar pelo nosso

modo de existir. Mas a pesquisa não é a única forma de contribuir para nossa resistência. Um dia, conversando com o Zé Cabelo (Alessandro Apinaje) da Aldeia Brejinho, um jovem rapaz profissional na cantoria (um dos melhores cantores Apinaje!), eu perguntei por que ele não deu continuidade aos estudos. Zé Cabelo estudou até a quarta série do ensino básico e depois parou. Eu fiz minha pergunta e ele ficou observando. Depois disse: “eu não vou embora do meu território, eu não quero que o branco tome o território para eles. Então eu vou aprender a minha cultura, eu vou focar na minha cultura”. Hoje, Zé Cabelo é um espelho para mim. Ele continuou falando e eu fui me lembrando do meu avô. Meu avô dizia que o estudo é importante, mas que se eu soubesse o que está por trás desse aprendizado, eu largaria tudo. Ele queria dizer que o que está por trás é o conhecimento tradicional, que é nossa base de entendimento, de aprendizado. E que a gente pode descobrir isso na universidade, mas a base de tudo é tradicional, o território, a cultura. Tudo nos traz de volta para cá.

Na observação de Zé Cabelo, é com a cantoria, com a participação no movimento cultural panhĩ, que ele pode contribuir para a resistência do nosso povo. Ele diz que a cantoria pode ou não lhe permitir ganhar dinheiro, mas que ele não se importa, pois com a cantoria ele está alegre, porque sabe o que é a cultura dele. A pesquisa também me aproximou da minha cultura, da cultura do meu povo, e isso também me traz alegria.

O aprendizado de Zé Cabelo da cultura é pelo canto, o meu aprendizado da cultura, durante o trabalho na PARI-c, foi pela pesquisa sobre nossa resistência. Nos dois casos, vão surgindo perguntas, e seguimos caminhos diferentes para encontrar respostas. Depois a gente vê que tudo está interligado. A nossa base é a resistência. Nós, Panhĩ, vamos sustentando essa cultura há milhões de anos. Eu preciso de uma base, assim como o Zé Cabelo e todos os outros Panhĩ. Quando eu chego na casa de uma pessoa para fazer uma entrevista, eu tenho que ouvir sobre como era a vida no passado, o que a pessoa vê, o que ela espera daqui para frente. Eu registrei as observações das crianças, dos jovens, dos idosos, dos homens e das mulheres. Cada um tem seu modo de pensar e de comparar o que está vivendo,

com o passado e o futuro que ainda vai vir. Mas todos nós temos essa mesma base, que é nosso modo de vida assentado na terra, na territorialidade panhĩ.

## Júlio Kamêr Ribeiro Apinaje

Eu sou Júlio Kamêr Ribeiro Apinaje, professor da Escola Estadual Indígena Tekator, localizada na Aldeia Mariazinha. Sou pesquisador, antropólogo e coordenador do projeto de cantoria “*Grernhõxuyñh Nyujê* – Fortalecimento da cantoria entre os jovens nos rituais Apinaje” e de alfabetização “*Processo de Educação e Introdução à Alfabetização na Língua Panhĩ kapêr*”, ambos criados por mim em 2012 com o apoio das lideranças e da coordenação pedagógica da escola da aldeia e da Secretaria de Educação e Cultura de Tocantins (Seduc TO).

A proposta deste texto é refletir sobre a forma como nós, pesquisadores panhĩ da PARI-c, realizamos a pesquisa sobre as respostas indígenas à pandemia de covid-19. Pensar sobre isso me faz reconhecer o que aconteceu quando estava atuando na barreira sanitária da Aldeia Prata, analisando aquela situação pandêmica como pesquisador da PARI-c e lembrando das epidemias passadas, pelas falas dos anciãos nas barreiras e pelas entrevistas que fiz nas casas das pessoas. Aquele momento era três momentos simultâneos. Estávamos diante do passado, mas também no presente, naquela nova situação de estresse: ao mesmo tempo, era como se estivéssemos nos preparando para o futuro. Foi a partir dessa nova análise, quando escrevemos sobre como fizemos a pesquisa, que percebi que durante todo esse processo eu estava entre os tempos (passado, presente, futuro). Vejo como uma situação inédita.

Quando a pandemia começou, nós, os Panhĩ, pensamos como as epidemias anteriores tinham afetado nossa população em outros tempos. A população de Apinajé em 2020 era de pouco mais de 2.700 pessoas, segundo dados da Fundação Nacional do Índio (Funai). Quando a covid-19 chegou e se alastrou pelo Brasil, em apenas um mês o número de mortes passou o número total da população Apinajé. Os dados divulgados pela televisão nos causaram medo. Com a pandemia se instalando em todo território nacional, nós nos perguntamos: o que nós vamos fazer? Como a Sheila (que também assina

esse texto) expressa em seu artigo, essa pandemia não dá sinal. Ela é silenciosa, contamina de todas as formas: pelo ar, pela respiração, pelo contato. Então, pensávamos: o que nós vamos fazer?

Quando a doença chegou no estado de Tocantins, ficamos com ainda mais medo. Nós, Apinajé, já tínhamos experiências de bloqueio de estradas, de lutas em defesa do território e de controle dos fluxos para prevenção do alcoolismo. Nós pensamos que o único jeito de prevenir a doença era construirmos, nós mesmos, bloqueios nas entradas do território. Ninguém sai, ninguém entra. Quando fomos convidados a fazer a pesquisa PARI-c, percebi que para tratar do tema da pesquisa - as respostas panhĩ à covid-19 -, eu não poderia falar diretamente das barreiras sanitárias que estavam funcionando para evitar a entrada da covid-19 no território. O que sustentava a ideia de construir um bloqueio? O que movimentava aquele grupo ali organizado? Comecei a me perguntar qual era a causa, qual era o eixo principal que dava força para aquelas pessoas que estavam ali. Aí pensei no que minha tia tinha me contado sobre o passado e notei que para entender melhor essa causa, eu teria que entender como foram as epidemias anteriores e contar também como foi que começamos a bloquear estradas que dão acesso ao território Apinaje. Como foi? O que aconteceu? Como os Panhĩ pensaram? Quais eram as ameaças? Será que houve muitas mortes?

Eu tive que ir no passado e assim fui perguntar outra vez para minha tia como foram outras epidemias, o que os Apinaje pensaram e como se preveniram. Ela contou do passado, mas também conectou a memória com o presente, com a recente atuação dos pēp, que é como chamamos em língua apinaje os guerreiros que agem nas barreiras. A partir dessa entrevista eu pensei e perguntei às pessoas não sobre o passado, mas a pergunta imediata sobre aquele momento. O que eles fariam para poder se prevenir? O que estão pensando sobre a doença? As respostas dos mais velhos traziam a lembrança do passado, o medo do presente e pelo futuro do nosso povo. As questões de epidemias passadas me orientaram para que eu pudesse descrever a pandemia atual.

O eixo central que articula todos esses conhecimentos passados, presentes e futuros é o

conceito de Pēpkaàk. O Pēpkaàk é o nome de um antigo ritual de formação dos jovens panhĩ (Nimuendajú, 1983; Ribeiro Apinaje, 2019). O ritual não acontece atualmente, mas o conceito de Pēpkaàk, de formação do jovem para a luta, está em toda parte da organização social do Apinajé. Pēp significa guerreiro: é assim que eram chamados os jovens que participavam do ritual e que chamamos hoje os jovens mobilizados nas barreiras que fizemos para nos proteger do vírus, mas também, em outros momentos, para controlar o alcoolismo, manifestar pela melhoria das estradas, contra o desmatamento e contra as leis que querem destruir os povos indígenas. É o Pēpkaàk que prepara os jovens, que oferece todas as informações sobre suas obrigações sociais, culturais e políticas. Esse processo de formação ocorria no ritual e, mesmo que ele não aconteça mais, continuamos formando nossos jovens por meio da luta pela vida e pela proteção territorial, como descrevemos no estudo de caso “Luta, vida e pandemia na Terra Indígena Apinaje” (Ribeiro Apinaje et al., 2022). O Pēpkaàk está presente em nossa vida: em nossa história, nos nomes, nas falas, no pensamento, em toda organização cultural, linguística e social, e em nossa filosofia.

Eu cresci ouvindo a história do Pēpkaàk no território por meio dos meus avós. Aprendi sua forma de organização, sua metodologia e concepção. Meu avô materno é um dos membros de Pēpkaàk e o avô do meu avô também era membro de Pēpkaàk, assim como meu avô paterno. No Pēpkaàk eu pude encontrar a fonte de pensamento para elaborar outras questões. Eu já descrevi alguns desses conceitos na minha dissertação de mestrado (Ribeiro Apinajé, 2019). A estrutura de conhecimentos do ritual é uma metodologia de formação dos jovens, de proteção do território e de preparação da comunidade para enfrentar todo tipo de situação. Por isso, nós, os pesquisadores panhĩ da PARI-c, pensamos que a metodologia ideal para conseguirmos analisar a situação da covid-19 também seria o Pēpkaàk. Seguir a linha do Pēpkaàk seria trazer informações do passado, do presente e as ideias sobre o futuro para elaborar os textos. Por isso, no estudo de caso que produzimos sobre a maneira como os Panhĩ enfrentaram a pandemia de covid-19 (Ribeiro Apinaje et al., 2022), nós conseguimos falar de muitas coisas para além do vírus, pois o Pēpkaàk abarca tudo.

Com isso, nós como pesquisadores estamos utilizando a metodologia e as concepções desse antigo ritual como ponto de referência, como se pegássemos a referência de algum pensador, algum teórico, como fazem os antropólogos e pesquisadores não indígenas ao referenciar seus artigos, dissertações e teses. Mas, no nosso caso, a referência é o conhecimento e o pensamento teórico dos próprios Panhĩ-Apinaje. Foi isso que nos ajudou a conduzir a pesquisa. Então, na prática, nós somos pesquisadores Panhĩ, mas não fomos exatamente nós, pela nossa ideia pessoal, que conduzimos a pesquisa, pois utilizamos o pensamento do Pěpkaàk como se esse fosse nosso ponto de referência. Então, os textos que publicamos na PARI-c, não são exatamente o que eu, Sheila, Wahme ou Diana estávamos pensando, e sim nossas considerações sobre o que o pensamento Panhĩ pensava e continua pensando.

Para colocar esse pensamento em prática, eu precisei fazer conversas e entrevistas. Durante a atuação nas barreiras sanitárias, é muito chato para as pessoas terem um pesquisador fazendo perguntas. Não é o momento. A pesquisa PARI-c não é como uma pesquisa de campo em que o pesquisador vai, bem tranquilo, em um contexto em que as pessoas não estão preocupadas com algum tipo de doença. Não estava tranquilo, foi um momento difícil, era muita preocupação e o cuidado era redobrado. Além disso, eu estava ali enquanto membro e guardião, não como pesquisador. Fazia o meu papel de pesquisador quando estava livre, de folga ou de repouso. Quando estava nas barreiras era outra questão que estava em jogo: prevenir a entrada do vírus, orientar os parentes. No entanto, tudo que acontecia, eu guardava na cabeça. Perguntava para os mais velhos sobre situações de epidemias passadas e contava seus ensinamentos para que as pessoas se orientassem. Era bem complicado, mas era nítido que eu precisava cumprir meu papel de membro da barreira e, depois, meu papel de pesquisador e analista.

Durante o mestrado na UFG, na disciplina de teoria antropológica, o professor Alexandre Herbeta, que foi também meu orientador, nos perguntou sobre nossa percepção sobre ser, ao mesmo tempo, membro da família e pesquisador. Nós contamos que enfrentamos dificuldades na pesquisa de campo.

Na minha experiência, sempre foi difícil conciliar o que eu pensava enquanto membro da família e o que eu pensava enquanto pesquisador. Porque o olhar da pessoa enquanto família é bem amplo: a convivência com a família é livre, não tem limite, vai de um lado para o outro, do outro lado para cá, para o norte ou sul. Não tem restrição, nem de fala, nem de pensamento: vai perpassando as conversas, as falas, as histórias. A própria pessoa também não tem limite, articula toda a vida em seu pensamento enquanto parente.

Já o olhar de pesquisador tem restrição. A própria pesquisa já tem uma lógica de objetividade: não há abertura para pegar todas as informações e isso causa muitas limitações. Então, diversas vezes aparece algum assunto que é importante para a família, mas que no olhar do pesquisador tem que ficar de fora. É assim que a própria pesquisa impõe restrições, não é que o pesquisador não queria incluir outros temas, mas a própria pesquisa que requer direcionamento.

Por isso não dá certo misturar as coisas. Eu venho enquanto família e tento compreender como é o pensamento panhĩ, e volto de novo enquanto pesquisador para poder analisar categoricamente o pensamento. Os resultados são diferentes, toda hora o meu eu pesquisador e o meu eu da família estão ali brigando. O membro da família é coletivo, seu pensamento é amplo e vai junto com os parentes. O pesquisador não, ele recorta, analisa parte por parte. Mas ao longo da minha formação eu comecei a flexibilizar o pensamento de pesquisador e o pensamento enquanto membro da família para eles se sintonizarem, para não entrarem mais em conflito. O mais importante é o pesquisador não interferir no pensamento da família ou do povo. É dessa forma que eu tenho agido enquanto pesquisador, e que agi na PARI-c durante a pandemia.

Esse trânsito é bem complicado, mas foi fundamental para que eu pudesse fazer a pesquisa com a orientação da metodologia de Pěpkaàk. Foi porque conseguimos fazer nosso eu pesquisador e nosso eu membro da família andarem juntos, que conseguimos falar sobre tantas coisas durante a pesquisa e trazer tudo isso para o texto. Nesse sentido, nosso trabalho na PARI-c, nas notas de pesquisa, nos ensaios

fotográficos e no estudo de caso foi bem elaborado. Porque se falássemos diretamente sobre o tema da pandemia, sem enxergar mais nada além do vírus, sem ir para outros lugares, iríamos falar apenas que a covid-19 foi uma ameaça para o povo Apinaje, que o povo Apinaje não tinha domínio, não tinha estratégia, e que houve muito desastre, medo e sequelas psicológicas. Nós falaríamos que o Estado brasileiro não forneceu insumos suficientes e que os Apinaje sofreram bastante. Quando a PARI-c apresentou o tema de pesquisa, nós poderíamos ter falado só sobre isso, ter trilhado apenas esse tema, esse objetivo. Mas não. Diante da situação, nós, os pesquisadores Panhĩ, pensamos como pesquisadores e parentes. Olhamos para trás e analisamos tudo com a metodologia do Pēpkaàk, vendo como os relatos da família, que eram contados em cada casa, permitiram a todos pensar a situação atual e o passado, em continuidade com a luta pelo futuro do nosso povo.

A atuação do pesquisador foge dos padrões de convivência Panhĩ. O pesquisador é sempre um pouco alienígena, sua presença é bem complicada. Por isso, para fazer o meu eu pesquisador e o meu membro da família andarem juntos, antes de realizar a pesquisa eu faço uma espécie de negociação do vínculo familiar e social. Eu não chego na casa dos parentes levando um presente, eu não faço uma troca para poder fazer pesquisa. Eu tenho um vínculo familiar e social antes de fazer pesquisa. Na minha posição, estou sempre colaborando com as pessoas que eu vou querer entrevistar. No meu caso, essa colaboração geralmente se dá por meio de partilha de conhecimentos e orientações. Isso acontece antes da pesquisa e não é calculado: é a forma de viver do Panhĩ-Apinaje. Depois, em um outro momento, eu explico o que é pesquisa, seu tema, seu objetivo, como ela funciona e quem está envolvido. Depois vem o terceiro momento, que é a realização da pesquisa.

Se não for assim, a pessoa nem vai te dar atenção. A negociação familiar é assim: a pessoa te conhece, sabe a forma que você trata os parentes e os outros. Aos poucos, você conversa, ajuda, e assim você vai amenizando, fazendo as pazes, sem necessariamente citar a questão de pesquisa. No segundo momento você faz o mesmo processo, agora já mostrando essa questão. É aí que você fecha o laço, a pessoa te dá a oportunidade de entrevistá-la, pois começa

a te considerar parte da família, tem intimidade com você. Para fazer pesquisa é preciso, antes, se tornar família. Nesse processo, é fundamental tentar se colocar numa posição de igualdade com o entrevistado, sem se colocar como superior, como se estivesse pedindo alguma coisa. O pesquisador não pode dizer: “eu sou isso, eu sou aquilo e você tem que me dar desse jeito a informação”.

O maior erro do pesquisador é quando já faz a pergunta direcionando a resposta, obrigando o entrevistado a dizer aquilo que ele quer ouvir. É preciso criar as situações primeiro, por isso eu falei de negociação de vínculo familiar, de intimidade, porque é dentro dessas situações que eu vou abordar a pesquisa. O entrevistado vai se sentir importante e começar a perceber que o conhecimento que ele possui é de grande valia. É aí que começa a oportunidade de o pesquisador conhecer *o conhecimento* e não a resposta a uma pergunta. Quando chega com uma pergunta pronta, é como se o pesquisador excluísse todo o conhecimento que a pessoa tem. O entrevistado vai se sentir menosprezado, pois o próprio pesquisador nem se preocupa em ouvir o que ele tem a falar. Se você pergunta diretamente, é porque você já sabe a resposta. Mas se você não sabe, você apenas ouve, para procurar saber.

## Não indígenas

Construir a pesquisa junto aos pesquisadores panhĩ-apinaje também implicou uma série de desafios e torções para nós, pesquisadores não indígenas. À distância, fomos atravessados pela necessidade constante de abertura para caminhos outros, imprevistos, e para a percepção de que, embora partilhássemos das mesmas palavras em português, não falávamos exatamente das mesmas coisas. Poderíamos debater juntos em diversas videoconferências, seguidas de inúmeras trocas de áudios pelo WhatsApp o nosso objeto ou a nossa metodologia de pesquisa, e chegar a algumas conclusões importantes sobre como iríamos proceder. Nosso desafio enquanto pesquisadores não indígenas, porém, não era apenas alinhar quais eram nossos objetos e métodos, mas também abrir espaço para que as concepções panhĩ de objeto e

de metodologia deslocassem nossas noções, que se ancoram em cânones que tendemos a tomar como demasiado estáveis.

Tal desafio se colocou desde as primeiras conversas entre os integrantes do núcleo panhĩ-apinajé do projeto PARI-c sobre respostas indígenas à pandemia. Os pesquisadores indígenas destacavam seu interesse em realizar uma pesquisa voltada para as barreiras sanitárias autônomas instaladas em pontos estratégicos do território: diziam que essa era uma ação de destaque no enfrentamento da pandemia. Juntos, concordamos que esse seria nosso objeto de pesquisa. Como antropólogos não indígenas, somos familiarizados com a ideia de que a experiência de campo, mesmo virtual, sempre coloca novas questões. Por isso, tomávamos as barreiras sanitárias enquanto resposta à pandemia não por um recorte definitivo, mas como um tipo de força centrípeta, um polo de atração que conduziria a pesquisa. Mas não era bem isso que os panhĩ propunham. O objeto de pesquisa operava para eles como um gatilho, uma força centrífuga, que corria em múltiplas direções: um ponto de partida, não um ponto de chegada. Como disse Júlio, o maior erro que um pesquisador pode cometer é já querer saber as respostas de suas perguntas de antemão. E, nas conversas que os pesquisadores panhĩ tinham em suas aldeias sobre a pandemia, seus parentes lhes diziam sobre coisas muito maiores que a covid-19. Como conta Sheila, diziam de resistência.

Basicamente, o que nossos colegas panhĩ entendiam por “objeto de pesquisa” era algo diferente daquilo que nós, a princípio, entendíamos. Nossos esforços em fazer o sentido não indígena de objetivo constar nas produções que fizemos, se manifestam na retomada constante da relação entre as respostas à pandemia e o mundo (tão mais amplo) que os panhĩ pesquisaram e trouxeram para os textos das notas de pesquisa e do estudo de caso; os esforços deles eram sempre no sentido de ampliar a questão inicial, de torná-la mais complexa, mais viva e, sobretudo, mais relevante para eles e para o povo panhĩ-apinaje.

Desse modo, Sheila e Júlio trazem um ponto importante em seus textos, e também no desenvolvimento da pesquisa, que nos marcou profundamente: segundo eles, o próprio ato de

fazer pesquisa está a serviço dos interesses panhĩ, e não só seus resultados; a pesquisa é ela mesma um modo de resistência, de produção de parentesco, de transmissão de conhecimentos e de geração de alegria. Essa é a noção panhĩ de metodologia, tal qual empregada ao longo da pesquisa PARI-c: seu foco, para eles, não é a produção da pesquisa, mas a produção da vida que os interessa enquanto povo. As metodologias que nos descrevem e nos propõem são metodologias de vida, pesquisa e luta, em fino alinhamento com os processos que protagonizam em suas existências.

Em sua reflexão, Sheila descreve suas metodologias de pesquisa, mas fala também da pesquisa enquanto metodologia de produção de socialidade panhĩ em luta contra o genocídio. Nesse mesmo sentido, Júlio descreve como a base filosófica de suas metodologias de pesquisa replica as metodologias de vida e luta do povo panhĩ, ancoradas no conceito de *Pěpkaàk*. Nós, pesquisadores não indígenas, entendemos que não é apenas uma mesma base, mas uma torção na própria noção de metodologia, muito mais ampla do que aquela que nossas disciplinas acadêmicas nos fornecem enquanto estudantes. Nossa intenção, enquanto colegas acadêmicos, é não apenas registrar aqui essa noção panhĩ, mas fazê-la valer prioritariamente durante a condução dos processos de pesquisa que partilhamos. Numa pesquisa sobre respostas indígenas à pandemia, que se consolidou como uma pesquisa sobre resistência, o mais importante, nos ensinam Sheila e Júlio, é de fato resistir.

## Referências

AMNHÁK APINAJE, D. et al. Imagens dos corpos panhi-apinajé em luta pela terra e pela vida contra o PL 490/2007 e o Marco Temporal. *Plataforma de Antropologia e Respostas Indígenas à COVID-19*, v. 1, n. 7, 31 ago. 2021. Disponível em <[www.pari-c.org/artigo/46](http://www.pari-c.org/artigo/46)>. Acesso em: 08 jun. 2021.

BRUSCO, R. et al. A chegada da covid-19 a aldeias A'uwe, Kawaiwete e Apinajé. *Plataforma de Antropologia e Respostas Indígenas à COVID-19*, v. 1, n. 2, 31 mar. 2021. Disponível em: <<http://www.pari-c.org/artigo/15>>. Acesso em: 19 nov. 2021.

CASTRO APINAJE, S. B. P. A dinâmica Panhi dos temas contextuais. *Articulando e Construindo Saberes*, v. 4, e59301, 2019. DOI: 10.5216/racs.v4i0.59301

CASTRO APINAJE, S. B. P. Mea e a luta contra o avanço do coronavírus entre os Apinajé. *Articulando e Construindo Saberes*, v. 5, e65254, 2020. DOI: 10.5216/racs.v5.65254

DIAS APINAJE, J. et al. Barreiras territoriais-sanitárias e o Imposto Ecológico na Terra Indígena Apinaye. *Plataforma de Antropologia e Respostas Indígenas à COVID-19*, v. 1, n. 6, 30 jul. 2021. Disponível em: <[www.pari-c.org/artigo/41](http://www.pari-c.org/artigo/41)>. Acesso em: 30 set. 2021.

MALINOWSKI, B. *Argonautas do pacífico ocidental*. São Paulo: Ubu, 2018.

NIMUENDAJÚ, C. *Os Apinayé*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1983.

REGITANO, A. et al. Mulheres, plantas e a covid-19. *Plataforma de Antropologia e Respostas Indígenas à COVID-19*, v. 1, n. 7, 31 ago. 2021a. Disponível em: <<http://www.pari-c.org/artigo/47>>. Acesso em: 19 nov. 2021.

REGITANO, A. et al. O que passou, ou o que ainda é? As muitas “sequelas” da COVID-19 entre povos indígenas no Brasil. *Plataforma de Antropologia e Respostas Indígenas à COVID-19*, v. 1, n. 5, 30 jun. 2021b. Disponível em: <[www.pari-c.org/artigo/30](http://www.pari-c.org/artigo/30)>. Acesso em: 30 set. 2021.

RIBEIRO APINAJE, J. K. et al. Luta, vida e pandemia na Terra Indígena Apinaje. *Plataforma de Antropologia e Respostas Indígenas à COVID-19*, 17 fev. 2022. Disponível em: <[www.pari-c.org/estudo/1](http://www.pari-c.org/estudo/1)>. Acesso em: 8 set. 2022.

RIBEIRO APINAJE, J. K. *Mê Ixpapxà M Ixàhpumunh Mê Ixujahkrexà*: território, saberes e ancestralidade nos processos de educação escolar Panhĩ. 2019. 129 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)-Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

RIBEIRO, D. *Os índios e a civilização*: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. Petrópolis: Vozes, 1986.

WAHME APINAJE, O. et al. “Nós, Panhi-Apinajé, somos contra o Projeto de Lei 490/2007 e o Marco Temporal”. *Plataforma de Antropologia e Respostas Indígenas à COVID-19*, v. 1, n. 7, 31 ago. 2021. Disponível em: <[www.pari-c.org/artigo/48](http://www.pari-c.org/artigo/48)>. Acesso em: 29 set. 2021.

---

### Contribuição dos autores

Sheila Apinaje e Júlio Apinaje são os principais autores, responsáveis pela concepção e redação do material do manuscrito. Horta, Rocha e Morais atuaram sobretudo na organização, montagem e revisão do texto.

Recebido: 03/07/2022

Aprovado: 31/08/2022